


O que dizem teses e dissertações sobre o uso de espaços religiosos pelas escolas públicas, no contexto da educação em tempo integral?¹

What do theses and dissertations say about the use of religious spaces by the public schools in the context of integral time education?

¿Qué dicen tesis y disertaciones sobre el uso de espacios religiosos por las escuelas públicas, en el contexto de la educación en tiempo integral?

Flávia Russo Silva Paiva² 

Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho³ 

Resumo: Em diferentes pesquisas realizadas ao longo dos últimos anos sobre a ampliação da jornada escolar, observamos a utilização de espaços religiosos por escolas públicas para possibilitar o desenvolvimento de atividades escolares. Essa realidade trouxe-nos questionamentos e motivou-nos a realizar este estudo, que é parte de uma tese desenvolvida em curso de doutorado. Especificamente no escopo do presente artigo, objetivamos analisar o que dizem as teses e dissertações sobre essa questão, quando em situação de ampliação da jornada escolar para o tempo integral. Metodologicamente, realizamos um Estado do Conhecimento, a partir de levantamento de dissertações e teses com essas temáticas no banco de dados da CAPES. Esta tarefa não localizou trabalhos acerca de parcerias entre escolas públicas e instituições religiosas para uso de espaços, revelando que nosso estudo pode ser considerado relevante, principalmente, em termos de contribuição para o aprofundamento da temática no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Religião. Escola pública. Espaços religiosos. Educação em tempo integral.

Abstract: *In different surveys carried out over the last years on the extension of the school day, we observed the use of religious spaces by public schools to enable the development of school activities. This reality brought us questions and motivated us to carry out this study, which is part of a thesis developed in the course of a doctorate. Specifically, in the scope of this article, we aim to analyze what theses and dissertations say about this issue, when in a situation of extending the school day to full time. Methodologically, we performed a Knowledge State, based on the collection of dissertations and theses with these themes in the CAPES database. This task did not find work on partnerships between public schools and religious institutions for use of spaces, revealing that our study can be considered relevant, mainly, in terms of contribution to the deepening of the thematic in Brazil.*

Keywords: *Education. Religion. Public school. Religious spaces. Full-time education.*

Resumen: *En diferentes investigaciones realizadas a lo largo de los últimos años sobre la ampliación de la jornada escolar, observamos la utilización de espacios religiosos por escuelas públicas para posibilitar el desarrollo de actividades escolares. Esta realidad nos ha traído cuestionamientos y nos ha motivado a realizar este estudio, que es parte de una tesis desarrollada en curso de doctorado. Específicamente en el ámbito del presente artículo, objetivamos analizar lo que dicen las tesis y disertaciones sobre esta cuestión, cuando en situación de ampliación de la jornada escolar para el tiempo integral. Metodológicamente, realizamos un Estado del Conocimiento, a partir de levantamiento de disertaciones y tesis con esas temáticas en el banco de datos de la CAPES. Esta tarea no localizó trabajos sobre asociaciones entre escuelas públicas e instituciones religiosas para uso de espacios, revelando que nuestro estudio puede ser considerado relevante, principalmente, en términos de contribución para la profundización de la temática en Brasil.*

Palabras clave: *Educación. La religión. Escuela pública. Espacios religiosos. Educación a tiempo completo.*

¹ **Submetido em:** 19 mar. 2019 - **Aceito em:** 11 jun. 2019 - **Publicado em:** 25 set. 2020

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – E-mail: flavia.rspaiva@gmail.com

³ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – E-mail: ligiamartha25@outlook.com

Introdução

A ampliação da jornada escolar para o tempo integral é temática que vem se constituindo como nosso objeto de estudo e pesquisas, desde os anos de 1990. Abordando-a em suas dimensões política, epistemológica e pedagógica, verificamos que a temática também se expande e se materializa em propostas, projetos e programas de diferentes redes/sistemas de ensino, de norte a sul do país.

Em pesquisas realizadas nos últimos 10 anos – em nível federal, estadual e municipal – verificamos que, na implementação de muitos programas, os espaços são um grande desafio das redes de ensino, considerando que muitas escolas públicas não possuem equipamentos e/ou espaços diferenciados para atividades que possam ‘qualificar’ esse tempo integral. Diante dessa dificuldade, apostam em parcerias “para além dos muros da escola”, a fim de realizar as atividades do tempo ampliado.

Essa constatação veio reforçar nossos questionamentos quanto às parcerias na obtenção de espaços pelas unidades de ensino e direcionou nossa atenção para aquelas que ocorrem com instituições religiosas. Tal interesse se deu, especialmente, porque investigações das quais participamos e/ou que analisamos, demonstraram a predominância dos espaços religiosos sobre os demais (BRASIL, 2010a; BRASIL, 2010b; BRASIL, 2015; COELHO, 2010).

Esse foco nos trouxe indagações relevantes: se o Brasil caracteriza-se, constitucionalmente, como um país laico, por que propostas de ampliação do tempo escolar estabelecem parcerias entre escolas públicas e instituições religiosas? Ter uma instituição religiosa como parceira fere, ou compromete, o princípio da laicidade da educação? Quais implicações surgem, a partir dessas parcerias, no contexto de políticas municipais de educação integral em tempo integral como, por exemplo, o Programa Escola Integrada, de Belo Horizonte (PEI/BH), considerando a laicidade do Estado?

Essas indagações justificam nosso compromisso com a elaboração de uma teseⁱⁱ em que as analisamos, mais detalhadamente, uma vez que consideramos a relevância de estudar a educação integral e(m) tempo integral, temática emergente na educação brasileira contemporânea – embora não recente –, bem como o modo como vem ocorrendo o desenvolvimento da ampliação do tempo escolar em instituições públicas de ensino que, para isso, utilizam parcerias com instituições que possuem vínculos religiosos para uso de seus espaços físicos. Nesse sentido, no escopo do presente estudo – que, reforçamos, é um recorte da tese –, objetivamos analisar o que dizem as teses e dissertações sobre essas parcerias, quando em situação de ampliação da jornada escolar para o tempo integral.

Para dar sequência e densidade ao estudo que propusemos, metodologicamente realizamos um levantamento de dissertações e teses no banco de dados da CAPES. Essa tarefa não localizou trabalhos acerca das parcerias entre escolas públicas e instituições religiosas no contexto da educação integral e(m) tempo integral.

Em relação à pesquisa nessa base de dados, esclarecemos que consiste em um Estado do Conhecimento que, segundo Romanowski e Ens (2006, p. 40), é um “estudo que aborda

apenas um setor das publicações sobre o tema estudado”, diferentemente do Estado da Arte que, para as autoras, abrange, para além das teses e dissertações, um número maior de publicações, tais como produções em congressos, publicações em periódicos, dentre outros.

Dessa forma, foi realizada uma primeira aproximação com os trabalhos escolhidos, no sentido de buscar subsídios para manter esses trabalhos como referencial, caso houvesse 'caminhos' de interlocução com o tema/problema da tese em questão.

Em termos organizacionais, o artigo apresenta três seções. Na primeira, procuramos mapear as produções acadêmicas relacionadas à educação em tempo integral, quando integradas à expressão chave 'parceria com espaços religiosos'. Em uma segunda etapa, nosso olhar se volta para a descrição e consequente análise de algumas publicações mapeadas e que podem contribuir para com o aprofundamento das questões que propusemos anteriormente. E, num terceiro momento, reforçamos outras análises, bem como algumas novas indagações, desencadeadas a partir da realização deste estudo. Nesse sentido, iniciando a primeira seção, perguntamos: o que temos de produção acadêmica a respeito da utilização de espaços religiosos por escolas públicas – ou seja, parcerias com 'espaços religiosos' –, em projetos de 'educação em tempo integral'?

Mapeando produções acadêmicas sobre as temáticas em estudo

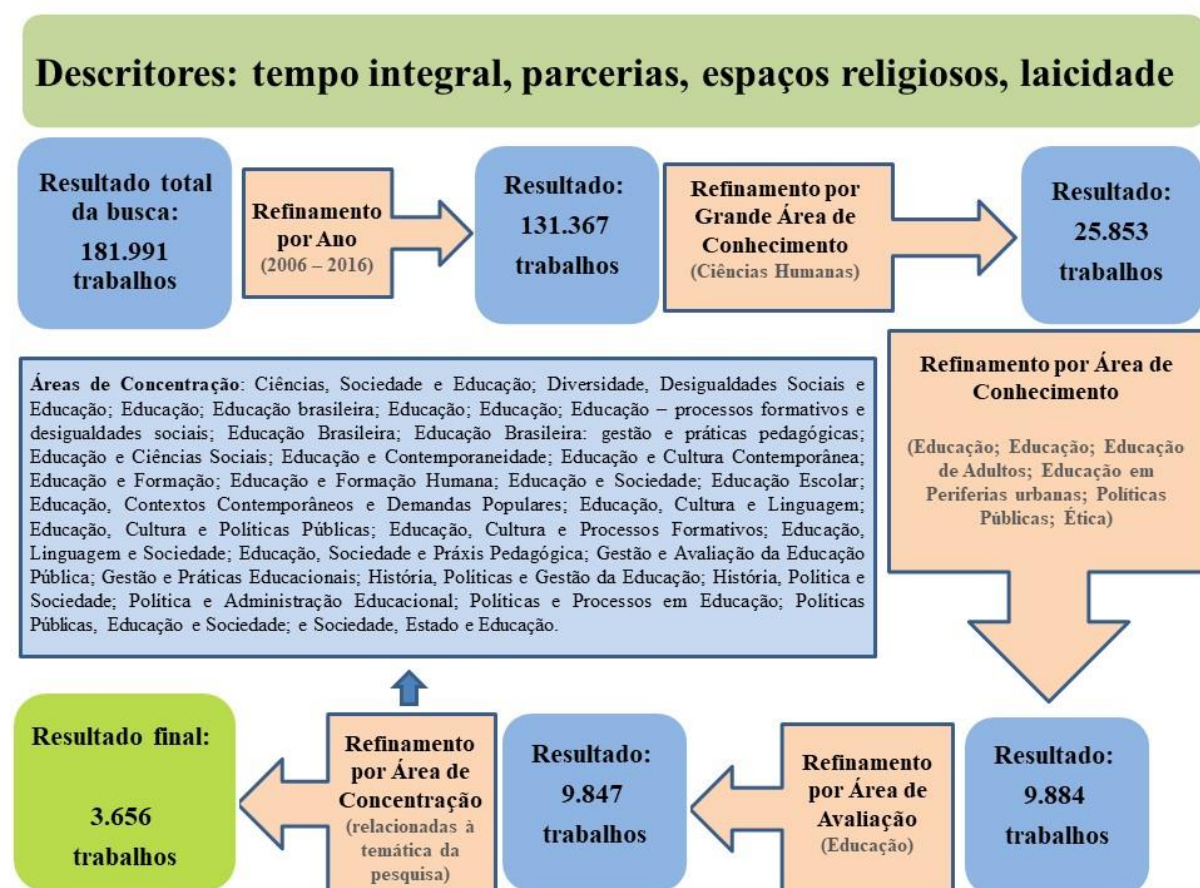
É válido mencionar os procedimentos que foram realizadosⁱⁱⁱ antes de iniciar o processo de levantamento das produções acadêmicas no banco da CAPES. Após tentativas de combinar descritores nem sempre bem sucedidas, optamos por permanecer com o tema central de busca e utilizamos, para a realização da pesquisa oficial, os descritores (1) tempo integral; (2) parcerias; (3) espaços religiosos e (4) laicidade. O total de pesquisas localizadas foi o de 181.991 trabalhos. A partir desse total abrangente, realizamos o refinamento do resultado, lançando mão de critérios como período temporal; grande área de conhecimento; áreas de conhecimento; área de avaliação; áreas de concentração, chegando a um total de 3.656 trabalhos.

Ao refinarmos a busca, determinando o limite temporal entre os anos de 2006 a 2016, consideramos o desenvolvimento de programas de tempo integral escolar, fundamentados na ideia de que tal ampliação pode se realizar, tanto nas dependências das escolas, quanto para além de seus muros. Esses programas são o Bairro-Escola, implantado em Nova Iguaçu/RJ e o Escola Integrada, em Belo Horizonte/MG, ambos inspiradores do Programa Mais Educação (PMEd)^{iv}, de cunho federal^v. O ano de 2016 foi considerado como término do período determinado^{vi}, entre outros motivos, porque no segundo semestre do ano de 2016, o banco de teses e dissertações foi atualizado, incluindo produções defendidas de 2013 a 2016.

Em relação ao refinamento pelos critérios (1) Grande Área de Conhecimento^{vii}; (2) Áreas de Conhecimento^{viii}; (3) Área de Avaliação^{ix}; e (4) Áreas de Concentração^x, não desconsideramos a existência de estudos que possam abordar a temática em outras áreas de conhecimento, concentração e avaliação diferentes daquelas selecionadas, mas compreendemos que o processo de pesquisa envolve escolhas e necessidade de recortes;

nessa situação, fizemos nossas opções epistemológicas e metodológicas. O diagrama, exposto a seguir, ilustra o processo de busca e os respectivos refinamentos realizados, conforme descrito anteriormente:

Figura 1. Diagrama do quantitativo de trabalhos localizados e dos refinamentos realizados.



Fonte: Elaboração própria.

Na sequência, os 3.656 trabalhos de pesquisa foram arquivados e tiveram seus títulos analisados. Assim, em uma etapa inicial verificamos quantos e quais possuíam no título a presença do descritor ‘tempo integral’, localizando 68 trabalhos^{xi}. Após a leitura atenta dos títulos e dos resumos dessas produções, foi selecionada para ser analisada, na íntegra, a dissertação intitulada “Educação integral e(m) tempo integral: espaços no Programa Bairro-Escola, Nova Iguaçu – RJ”, publicada em 2011, de autoria de Alessandra Victor do Nascimento Rosa.

Em relação a ‘parcerias’, localizamos nove produções que possuem esse descritor em seus títulos. Neste grupo, selecionamos a dissertação de Volnei Bispo de Almeida – “As Parcerias Público-Privadas na Educação Infantil: um estudo sobre a laicidade do Estado e a religiosidade de instituições conveniadas”, publicada em 2014. Quanto aos trabalhos que possuem em seus títulos e/ou resumos o descritor ‘espaços religiosos’, localizamos a tese de Heli Sabino de Oliveira, intitulada “Educação de Jovens e Adultos em Espaços Religiosos:

escolhas, negociações e conflitos”, publicada em 2012 e selecionada para análise.

Diante desse resultado, decidimos pesquisar quais destes trabalhos possuíam em seus títulos a palavra ‘espaços’. Encontramos 72 estudos, entre eles, a tese de Oliveira (2012), que havíamos selecionado e também a dissertação de Rosa (2011). Destes 70 trabalhos, consideramos pertinente selecionar a dissertação de Nídia Cristina Sabino (2014) – “Educação de Jovens e Adultos em Espaços Não Escolares: estudo de caso de uma regional pedagógica da rede municipal de Belo Horizonte” –, tendo em vista que se assemelha ao trabalho desenvolvido por Oliveira (2012), pois ambos versam sobre a utilização de espaços não escolares na realização de aulas da EJA, embora o trabalho de Oliveira (2012) direcione seu estudo aos espaços de cunho religioso. Portanto, no descritor ‘espaços religiosos’ selecionamos dois estudos: o de Oliveira (2012) e também a dissertação de Sabino (2014), para compor o grupo de pesquisas a serem analisadas.

Por fim, em relação ao último descritor – ‘laicidade’, identificamos sete estudos; um deles é a dissertação de Almeida (2014), já selecionada para leitura na íntegra, e outro a dissertação de Silva (2013) – “Laicidade versus confessionalismo na escola pública: um estudo em Nova Iguaçu (RJ)” – a qual foi selecionada por abordar a educação municipal em Nova Iguaçu e por termos conhecimento de que o referido município trabalhou com espaços religiosos que são parceiros dessas escolas.

Tendo apresentado o procedimento metodológico utilizado para a seleção dos cinco estudos a serem lidos e analisados, passamos a descrever os aspectos evidenciados na realização das análises, buscando identificar o que essas produções acadêmicas nos dizem a respeito do uso de espaços religiosos por escolas públicas, em situação de ampliação da jornada escolar para o tempo integral.

Afinal, o que dizem as produções acadêmicas acerca do uso de espaços religiosos pelas escolas públicas?

Diante da proposta deste artigo de apresentar o ‘panorama’ do que foi encontrado, em teses e dissertações que, de alguma forma, tangenciam as principais categorias de análise/problema da tese, voltamo-nos, neste momento, para descrever as produções selecionadas.

A dissertação de Rosa (2011) problematizou a concepção de espaço presente no Programa Bairro-Escola, do município de Nova Iguaçu/RJ. Em termos metodológicos, a autora realizou estudo de caso de cunho qualitativo, limitado a um município específico e a uma determinada unidade escolar.

Rosa (2011, p. 52) observou que o referido Programa surgiu baseado na ideia de que “a escola deve se integrar ao bairro”, estabelecendo parcerias com diversas instituições da comunidade, tanto públicas quanto privadas. Tais instituições, ao disponibilizarem seus espaços físicos para a realização de oficinas, tornavam-se “parceiros do Bairro-Escola” (ROSA, 2011, p. 52). Destacaram-se, no estudo, comerciantes, empresários, entidades, líderes religiosos e moradores da região. Essa dinâmica, característica do Programa no que se

refere aos espaços parceiros, suscita “um conflito entre o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e a dimensão ideológica que existe por trás do fazer pedagógico em determinados territórios” (ROSA, 2011, p. 53).

Os parceiros do Bairro-Escola, no âmbito da instituição escolar selecionada para a pesquisa, consistiam em um bar, uma Igreja Católica e uma Associação de Moradores. Rosa (2011) analisou o espaço físico desses parceiros e os resultados foram expressos por meio de questões que foram levantadas. Em relação à utilização de espaços da Igreja Católica, mais especificamente pátio, corredor e uma sala, o questionamento voltou-se para o fato desses espaços conterem imagens e símbolos que transmitem alguma mensagem religiosa para quem os vê, observa ou lê e, por isso, indaga: “em nome da liberdade de culto(s), seria adequado frequentar esse espaço, nessa circunstância?” (ROSA, 2011, p. 91).

Rosa (2011) concluiu que a prática de atividades escolares fora do espaço físico da escola só se justifica caso estejam integradas ao projeto político pedagógico da instituição, além de estarem presentes no planejamento docente. Inferiu ainda que propostas de jornada escolar em tempo integral, que necessitam contar com espaços parceiros para sua realização, tendem a não se concretizar quando a localização da escola é carente de infraestrutura e de equipamentos sociais e culturais. Acrescenta-se a isso o fato de que, dependendo do espaço parceiro utilizado, podem emergir diversos conflitos que venham a tornar inadequada a utilização do espaço, como no caso do bar, da igreja e da associação de moradores.

A segunda dissertação selecionada para análise, de autoria de Almeida (2014), abordou as parcerias público-privadas na educação infantil, enfatizando a laicidade do Estado e a religiosidade das instituições privadas. O autor ressalta que o foco da pesquisa concentrou-se numa das modalidades de parcerias público-privadas – os convênios estabelecidos entre as secretarias municipais de educação e as instituições de educação infantil comunitárias, confessionais e filantrópicas, todas sem fins lucrativos.

Tendo como problemática a modalidade de parcerias relatada, Almeida (2014) apresenta aspectos que justificam a pesquisa, entre eles o fato do ensino religioso ser estendido para a educação infantil da rede pública e as alianças e acordos estabelecidos entre entes públicos e religiosos (privados), colocando em risco tanto a laicidade do Estado, quanto o direito à educação pública. Assim, o estudo de Almeida (2014) abordou a problemática das parcerias entre as secretarias municipais de educação e as creches conveniadas^{xii}, direcionando a investigação para a Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Bernardo do Campo/SP, em que analisou convênios em duas gestões municipais: uma referente ao período de 2002 a 2008, ocasião em que ocorreu a implantação dos convênios na rede municipal e a gestão seguinte, de 2009 a 2012, que deu continuidade a esse trabalho.

Ainda contextualizando a realidade investigada, vale enfatizar o Parecer de nº 12/2011, emitido pelo Conselho Municipal de Educação (CME) de São Bernardo do Campo, em resposta à consulta encaminhada a esse órgão por uma instituição conveniada^{xiii}, sobre a possibilidade dessas entidades abordarem o conceito de educação espiritual em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Diante desse fato, o autor buscou responder a seguinte questão: “o que revela o Parecer CME 12/2011 sobre a laicidade do Estado e a religiosidade das instituições conveniadas no atendimento a educação infantil do município de São Bernardo

do Campo?” (ALMEIDA, 2014, p. 12). Como hipótese, Almeida (2014) infere que o propósito de incluir essa expressão nos projetos dessas entidades poderia ser interpretada como uma tentativa de inserir o ensino religioso na educação infantil pública.

Metodologicamente, a pesquisa foi conduzida a partir de abordagem qualitativa e o autor realizou análise documental do Parecer CME nº 12/2011 e de relatórios elaborados pelas Orientadoras Pedagógicas (OPs) da SME, responsáveis pela supervisão das creches conveniadas.

Para fins deste ensaio, destacamos uma observação das OPs quanto à laicidade do Estado e o fato do convênio com creches que possuíam como mantenedoras algumas igrejas, bem como suas implicações no trabalho da creche. Os referidos profissionais observaram a existência de práticas de orações, imagens e mensagens religiosas expostas, além da presença de pessoas da instituição religiosa à qual a creche encontrava-se vinculada, desenvolvendo ações consideradas pedagógicas, mas com viés religioso. Além disso, vale mencionar o fato de que algumas creches utilizavam “as datas comemorativas como âncoras dos seus projetos pedagógicos” e “essa prática trazia o risco de equívocos no trabalho com as crianças, principalmente, em datas comemorativas de caráter religioso” (ALMEIDA, 2014, p. 62).

Em relação ao Parecer CME nº 12/2011, Almeida (2014) afirma que este revela uma dimensão das parcerias público-privadas na educação infantil – a possibilidade de submeter as crianças a experiências ou atividades ligadas a uma determinada religião nas dependências de uma creche conveniada, o que resulta em uma contradição, em se tratando da laicidade do Estado. Ao analisar o documento emitido pelo CME, o pesquisador constatou “em seu teor, contundência em negar qualquer tipo de projeto ou prática de ensino religioso em escolas públicas” (ALMEIDA, 2014, p. 93), dentre outras observações^{xiv}.

A terceira pesquisa selecionada foi a tese de autoria de Oliveira (2012), que versa sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em espaços religiosos vinculados à Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte/MG (RME/BH/MG). O autor teve como objeto de estudo o Projeto EJA-BH da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SME/BH) – uma parceria entre o poder público e a sociedade civil, de modo que a Prefeitura se responsabiliza pela remuneração e formação dos professores e a sociedade civil, representada por algumas instituições parceiras, tendo como incumbência a organização do espaço onde se realizam as aulas de algumas turmas da EJA. Elas acontecem em locais como, por exemplo, o Centro de Referência de Saúde Mental, a Caixa Econômica Federal, o Centro Cultural, o Espaço do Projeto Criança Esperança, as Paróquias da Igreja Católica, Igrejas Evangélicas, Centros Espíritas e o Centro Nacional de Resistência e Africanidade Brasileira (CENARAB), espaço destinado às religiosidades de matrizes africanas, especialmente ao Candomblé.

No que tange aos espaços religiosos em que se realizam essas aulas, o pesquisador ressalta que não são neutros, uma vez que seus arranjos arquitetônicos, signos e imagens consistem em sistemas de significação e de representação da sociedade, procurando forjar identidades sociais e religiosas particulares.

Em termos metodológicos, a tese caracteriza-se pela abordagem qualitativa e os instrumentos de coleta de informações utilizados foram o questionário, o diário de campo e a

observação participante. Quanto às entrevistas semiestruturadas, foram adotadas como forma de ampliar as observações. Os sujeitos participantes da pesquisa foram escolhidos a partir de um questionário sociocultural aplicado aos professores que atuam em turmas de EJA, em espaços religiosos. A partir disso, foram selecionados aqueles em que sua religiosidade não coincidia com a do espaço em que exerciam a atividade docente. Assim, foram entrevistados:

o ex-coordenador do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação (SMED), de cinco líderes religiosos (dois pastores, um padre, um doutrinador espírita e uma militante do movimento negro que coordena uma entidade que luta contra os preconceitos etnicorraciais e a intolerância religiosa de religiões de matriz africana), quatro professoras e dois professores (OLIVEIRA, 2012, p. 8-9).

De modo geral, os resultados indicaram que a política educacional da Rede Municipal não levava em consideração as transformações que o campo religioso passou no Brasil, nas últimas décadas. Além disso, os espaços religiosos transmitem mensagens e significados através de seus símbolos, arquitetura, dispositivos materiais, entre outros elementos específicos que interferem no processo educativo. Vale mencionar, também, o incômodo relatado por professoras, pelo fato de exercerem a docência em espaços religiosos e terem de se submeter a regras impostas pela coordenação do espaço.

A dissertação de Sabino (2014), semelhante à tese de Oliveira (2012), também teve como objeto de estudo a EJA ofertada pela SME/BH. No entanto, Oliveira (2012) enfatizou a realização das aulas da EJA em espaços religiosos e Sabino (2014) analisou a oferta dessa modalidade de ensino pela referida rede municipal de educação em diferentes espaços não escolares, denominada de ‘turmas externas’.

Antes de iniciarmos a leitura da dissertação de Sabino (2014), inferimos que encontraríamos análise semelhante àquela apresentada por Oliveira (2012), no que tange à discussão da utilização de espaços religiosos para fins de atividades escolares. Todavia, observamos análises diferentes, tendo em vista que, embora alguns dos espaços não escolares abordados na pesquisa de Sabino (2014) sejam religiosos, a pesquisadora não problematizou especificamente essa utilização.

A investigação foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de um estudo de caso da regional Noroeste do município de Belo Horizonte^{xv}. Houve a realização de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela implementação da política municipal de EJA estudada; grupos focais com os professores que atuavam nas turmas externas, ou seja, aquelas turmas da EJA que funcionavam nos espaços não escolares, bem como com os estudantes dessas turmas.

Em relação, especificamente, ao Projeto EJA/BH desenvolvido na regional Noroeste, havia 15 turmas externas que funcionavam em um espaço não escolar. Destacamos que, na ocasião, dos 15 espaços em que se realizavam as aulas de EJA/BH nessa regional, quatro eram espaços religiosos – Centro Espírita Paz e Amor, Igreja Dom Bosco, Comunidade Evangélica Betesda e Igreja Universal.

Sabino (2014) evidencia possibilidades e limites da realização das aulas daquele Projeto em espaços não escolares. Destaca, como possibilidades, a realização das aulas em

local próximo à residência ou trabalho dos alunos; a acolhida dos estudantes em um ambiente que não os trata com preconceito devido à idade ou pelo histórico de reprovações escolares, bem como a possibilidade de não permanecerem no que chamam de “barulheira do espaço escolar” (SABINO, 2014, p. 64); e o horário diurno de realização das aulas. Dentre as limitações, enfatizou as dificuldades mencionadas nos depoimentos dos educandos e professores: situação precária da merenda escolar; carência de diálogo entre as turmas da escola e outras que utilizam espaços externos à estrutura física da escola; pouca presença da direção da escola no espaço não escolar em que ocorrem as aulas e a ausência de acompanhamento pedagógico nos espaços não escolares; e a não formalização da parceria – ausência de um contrato formal entre as instituições que disponibilizam seus espaços para a realização das aulas e a SME/BH –, o que acarreta “o não cumprimento do calendário escolar, pois as atividades ficam à mercê da rotina de determinados espaços” (SABINO, 2014, p. 87).

Por fim, na dissertação “Laicidade versus confessionalismo na escola pública: um estudo em Nova Iguaçu (RJ)”, Silva (2013, p. 16) objetivou “analisar a presença da religião no ensino público levando em consideração o princípio da laicidade do Estado”, buscando “explicitar posicionamentos, atitudes, interesses e influências dentro e fora da escola no tocante à presença ou ausência de elementos e manifestações religiosas neste espaço”. Cabe-nos mencionar que o autor problematizou a presença da religião no ensino público, chamando atenção para o fato de que há possibilidade do aspecto religioso se fazer presente no ambiente escolar, mesmo não sendo ofertada a disciplina específica Ensino Religioso.

Como instrumentos metodológicos, foram utilizados a pesquisa bibliográfica; a pesquisa documental, incluindo análise de legislações, documentos oficiais de confissões religiosas, projetos elaborados por equipes pedagógicas e notícias divulgadas em *sites* oficiais da prefeitura; entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio; observação das atividades de uma escola pública municipal, no período de 2011 a 2012; anotações em caderno de campo; registros fotográficos, sob prévia autorização da direção da escola, desde que preservadas a identidade dos alunos e docentes; e gravações de eventos de cunho religioso em áudio e vídeo.

Em suas análises, Silva (2013) expôs dados relevantes quanto às parcerias da SME com instituições religiosas. Essas parcerias tiveram origem no Programa Bairro-Escola, com o objetivo de utilizar de espaços e instituições localizadas no entorno da escola, possibilitando a oferta do tempo integral escolar. O pesquisador percebeu que muitos parceiros, tanto no contexto de desenvolvimento do Programa Bairro-Escola quanto do “Mais Educação”, eram instituições religiosas que disponibilizavam suas dependências para as escolas. Assim, desde o ano de 2010, essas parcerias ocorriam mediante pagamento mensal em dinheiro, por espaço e por aluno, ou seja, a SME repassava valores^{xvi} à instituição para essa utilização.

As instituições religiosas parceiras da SME na oferta do tempo integral, que representam 21% do total de parceiros, são vinculadas a diferentes crenças, destacando-se as Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus (25), Igrejas Católicas (24) e Igrejas Batistas (19), as quais possuem o maior número de adeptos no município e também possuem seus templos em

locais próximos às escolas, o que favorece essas parcerias. As demais instituições religiosas, em número inferior, eram vinculadas a outros credos. Vale ressaltar a suposição, exposta pelo pesquisador, de que o favorecimento das parcerias com as três instituições religiosas cristãs mencionadas também se explique “pela presença de adeptos dessas igrejas no interior das escolas públicas, facilitando o contato da direção da escola com os líderes dessas confissões” (SILVA, 2013, p. 56).

Além disso, Silva (2013) expõe que, diante da carência de locais como quadras esportivas, teatros, dentre outros espaços culturais, as igrejas acabavam se constituindo nas instituições mais equipadas, dispondo de salas e ambientes cobertos para realização das atividades escolares. O autor verificou que tais instituições “tomavam importante espaço na comunidade e ofereciam a instalação que não era oferecida pelo Poder Público” (SILVA, 2013, p. 56). Com isso, observou que a prefeitura se contentava com a utilização dos espaços das igrejas e não investia nas instalações físicas das escolas da rede municipal, mesmo diante do fato de que muitas dessas escolas não possuíam sequer quadra para a realização de atividades esportivas.

Diante dessa primeira leitura, mais descritiva, passamos a uma releitura em que a análise dos estudos apresentados desencadeou algumas novas indagações, bem como fortaleceu e reforçou aquelas que havíamos proposto, anteriormente.

Outras análises e indagações emergentes

Partindo das reflexões e argumentos apresentados por Rosa (2011, p. 91), observamos que os resultados de sua pesquisa, ao questionarem a utilização de espaços parceiros para fins da realização de atividades escolares, levando em consideração “a liberdade de culto(s)”, anuncia a problemática enfatizada em nosso trabalho de tese; no entanto, não aprofunda tal discussão. Desse modo, os resultados da investigação analisada reforçaram ainda mais a necessidade de problematizarmos a temática dos espaços religiosos nas escolas que funcionam em tempo integral e os possíveis impactos dessa prática em relação à laicidade, trabalho que realizamos em dois capítulos da tese em questão.

Ao finalizar a leitura analítica da dissertação de Almeida (2014), perguntamo-nos o que seu estudo indica em relação à problemática com que trabalhamos. Chegamos à conclusão que ele reforça, ainda mais, a necessidade de discussão quanto às diferentes dinâmicas de parcerias que são estabelecidas entre o poder público e as instituições religiosas. Conforme exposto, Almeida (2014) abordou a educação infantil sendo ofertada por instituições conveniadas que, em grande parte, possuem um vínculo religioso. Contudo, consideramos que uma pesquisa empírica nos espaços físicos das creches conveniadas, bem como o diálogo com os professores e gestores que atuam nas instituições, em muito contribuiriam para fornecer elementos que possibilitassem ao pesquisador avaliar a dimensão em que a laicidade está sendo comprometida. Essa reflexão foi responsável pela inclusão de grupos focais na metodologia da tese que elaboramos.

O trabalho de Oliveira (2012) nos possibilitou conhecer uma pesquisa que abordou a utilização de espaços religiosos para fins educativos, semelhante ao que estava sendo problematizado na investigação que desenvolvemos. Porém, o foco do nosso estudo volta-se para a realização de atividades da educação integral em tempo integral em espaços religiosos, questão que não foi abordada pelo autor e, além disso, destacamos que, embora Oliveira (2012) tenha questionado o princípio da laicidade, não se ateve a refletir sobre esse conceito em seu texto, fato que avaliamos como significativo, uma vez que esse princípio constitucional rege as relações entre Estado e Igreja, no país. Algumas seções de nossa investigação acadêmica dedicaram espaço a essas relações, bastante significativas ao estudo proposto.

No tocante ao estudo de Sabino (2014), observamos a não discussão dos espaços enquanto uma categoria de análise, fato que consideramos necessário, devido aos questionamentos diante da não neutralidade de alguns desses espaços, cuja composição arquitetônica e/ou objetos nele presentes transmitem mensagens, ideologias, valores àqueles que nele se encontram. Mais especificamente em relação às turmas de EJA, que funcionam nos espaços religiosos, cabe uma discussão em relação à laicidade do Estado, mas esse aspecto não foi foco das análises de Sabino (2014). Levando em consideração o fato de que nosso estudo é uma tese, é imprescindível que, conceitualmente, as temáticas enfocadas sejam analisadas em profundidade, a fim de buscarmos consistência e inferências mais condizentes com a realidade. Foi com esse objetivo que dedicamos o terceiro capítulo da tese à discussão sobre os espaços na educação em tempo integral e, mais precisamente, na política da Escola Integrada.

Por último, a análise da pesquisa de Silva (2013) proporcionou-nos uma reflexão acerca da laicidade, destacando que não é somente a ausência da disciplina Ensino Religioso que determina o cumprimento desse princípio constitucional. Além disso, os resultados apresentados ampliaram alguns dos questionamentos que motivam a tese que propomos e reforçou a necessidade de estabelecer, como objeto de estudo, as parcerias com as instituições religiosas no contexto da ampliação da jornada escolar, enfatizando as implicações decorrentes dessas práticas que, conforme já evidenciamos, fazem-se presentes em diferentes políticas educacionais de educação em tempo integral no Brasil.

Outras considerações

Consideramos que o fato do proselitismo religioso ser proibido em espaços públicos faz com que, de maneira semelhante, essa prática seja vedada nas escolas públicas. Mas, em espaços religiosos, essa é uma atitude comum. Estando alunos e docentes em espaços religiosos, estes podem presenciar e, até mesmo, serem submetidos ao proselitismo religioso e isso não será considerado ilegal. Afinal, a escola é que está utilizando do espaço religioso e, neste espaço, o usual é a realização de práticas religiosas.

Além disso, no espaço físico das escolas públicas, podemos questionar a exposição de imagens e símbolos religiosos, mas no espaço religioso (privado), a exibição desses objetos é

comum. Estando a escola pública utilizando desses espaços, estará sujeita a conviver com tais práticas. Logo, seria possível, no contexto de uma política pública, a permissão e o apoio para a realização de atividades escolares em espaços religiosos? Essas e outras questões expressam a relevância do trabalho de tese que propusemos quando, a partir de argumentos reforçados por referencial teórico pertinente, aprofundamos esses e outros questionamentos que o estudo nos proporcionou elaborar.

Ao concluir o Estado do Conhecimento realizado, observamos que, das cinco produções selecionadas para análise, duas se referem ao Programa Bairro-Escola, de Nova Iguaçu (RJ), e duas à política de EJA da rede municipal de ensino de Belo Horizonte (MG), localidade esta que será o campo de estudo da tese que elaboramos. Ressaltamos que os dois municípios mencionados integram a Associação Internacional das Cidades Educadoras e, deste modo, muitas de suas políticas orientam-se pelos fundamentos político-ideológicos do referido movimento, o que, no caso da educação escolar, reforça que espaços diversos, para além das estruturas físicas das escolas, sejam utilizados para fins das atividades de ensino. Tal aspecto é alvo de problematização deste estudo, de forma que a discussão realizada vai ao encontro da laicidade do Estado, da ampliação do tempo escolar e da educação integral.

Finalizando, a realização deste estudo foi importante para conhecermos um pouco do que já foi investigado em relação à nossa temática de pesquisa e proporcionou-nos perceber suas inúmeras possibilidades de análise, nos motivando, ainda mais, a eleger as parcerias para utilização de espaços extraescolares, no contexto das políticas de ampliação da jornada escolar, como tema geral de pesquisa no curso de doutorado, bem como em estudos posteriores. Além disso, reforçou nosso entendimento de que se faz necessário ampliar e fortalecer a discussão sobre a escola pública de tempo integral, destacando a dimensão espacial enquanto elemento primordial para possibilitar a ampliação da jornada escolar, assim como aprofundar o debate sobre as políticas públicas de tempo integral visando melhorias na oferta deste modelo, inclusive atentando-se para a importância dos espaços para execução da proposta.

Referências

ALMEIDA, Volnei Bispo de. **As parcerias público-privadas na Educação Infantil**: um estudo sobre a laicidade do Estado e a religiosidade de instituições conveniadas. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

BRASIL. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral**: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada ampliada no Brasil: Estudo quantitativo. Brasília: DF, 2010a.

BRASIL. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral**: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada ampliada no Brasil: estudo qualitativo. Brasília: DF, 2010b.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 de abril de 2007.

BRASIL. **Programa Mais Educação**: impactos na educação integral e integrada. Relatório final de pesquisa. Brasília, DF: MEC/SEB, 2015.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. **Pensando sobre qualidade, tempo integral e educação integral no ensino fundamental**: apontamentos no Estado do Rio de Janeiro. Relatório Acadêmico. Brasília, DF: CAPES/INEP, 2010.

OLIVEIRA, Heli Sabino de. **Educação de Jovens e Adultos em Espaços Religiosos**: escolhas, negociações e conflitos. 2012. 408 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

ROSA, Alessandra Victor do Nascimento. **Educação integral e(m) tempo integral**: Espaços no Programa Bairro-Escola, Nova Iguaçu - RJ. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SABINO, Nídia Cristina. **Educação de Jovens e Adultos em espaços não escolares**: estudo de caso de uma regional pedagógica da rede municipal de Belo Horizonte. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SILVA, Allan do Carmo. **Laicidade versus confessionalismo na escola pública**: um estudo em Nova Iguaçu (RJ). 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Notas

ⁱ Este artigo, revisto e ampliado, é fruto de pesquisa de doutorado, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO).

ⁱⁱ Tese apresentada ao PPGEdu/UNIRIO, em novembro de 2018.

ⁱⁱⁱ Destacamos, dentre os procedimentos inicialmente realizados, a familiarização com a plataforma; os testes de busca por trabalhos, visando precisar os descritores a serem utilizados e a definição dos critérios de análise de títulos e resumos das teses e dissertações, para selecionarmos quais as que seriam lidas na íntegra. Ao final desta etapa, definimos como tema central a ‘educação em tempo integral e as parcerias com espaços religiosos’.

^{iv} Ao referirmo-nos ao Programa Mais Educação, utilizaremos concomitantemente a sigla PMEd, a fim de evitar confusões terminológicas, uma vez que somente as iniciais PME podem se referir, inclusive, a Plano Municipal de Educação, dentre outros termos.

^v Estamos nos referindo ao Programa desenvolvido pelo governo federal, por meio da Portaria Interministerial n. 17/2007, que visa “fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar” (BRASIL, 2007).

^{vi} Delimitamos 2016 como ano final de referência da pesquisa, dentre outros motivos, devido à data de realização da primeira qualificação no curso do doutorado e pelo fato do referido ano constituir-se em final de mais um período executivo municipal.

^{vii} Na opção de refinamento referente à Grande Área de Conhecimento foi assinalado: Ciências Humanas.

^{viii} Na opção de refinamento referente às Áreas de Conhecimento foram assinaladas: Educação; Educação (opção em repetição, por isso foi novamente marcada); Educação de Adultos; Educação em Periferias urbanas; Políticas Públicas; Ética.

^{ix} No refinamento referente à Área de Avaliação foram assinaladas as duas opções de Educação.

^x No refinamento referente às Áreas de Concentração foram assinaladas, na ordem a seguir apresentada, as opções que possuem relação com a temática da presente tese e que inferimos a possibilidade de localizar estudos semelhantes à nossa pesquisa, a saber: Ciências, Sociedade e Educação; Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação; Educação; Educação brasileira; Educação (opção em repetição, por isso foi novamente marcada); Educação; Educação – processos formativos e desigualdades sociais; Educação Brasileira (opção em repetição, por isso foi novamente marcada); Educação Brasileira: gestão e práticas pedagógicas; Educação e Ciências Sociais; Educação e Contemporaneidade; Educação e Cultura Contemporânea; Educação e Formação; Educação e Formação Humana; Educação e Sociedade; Educação Escolar; Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares; Educação, Cultura e Linguagem; Educação, Cultura e Políticas Públicas; Educação, Cultura e Processos Formativos; Educação, Linguagem e Sociedade; Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica; Gestão e Avaliação da Educação Pública; Gestão e Práticas Educacionais; História, Políticas e Gestão da Educação; História, Política e Sociedade; Política e Administração Educacional; Políticas e Processos em Educação; Políticas Públicas, Educação e Sociedade; e Sociedade, Estado e Educação.

^{xi} A título de informação, a tese contém, em seus anexos, os quadros referentes aos totais de trabalhos encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a partir da presença, no título, dos descritores utilizados na pesquisa.

^{xii} Creches conveniadas são instituições privadas, filantrópicas, confessionais ou comunitárias, sem fins lucrativos, as quais realizam atendimento educacional infantil de 0 a 3 anos, ressaltando que em São Bernardo do Campo (SP) tais creches atendem a faixa etária de 0 a 4 anos, por meio de parceria financeira e pedagógica estabelecida com a secretaria municipal de educação (ALMEIDA, 2014).

^{xiii} A instituição conveniada que apresentou a referida solicitação foi a Instituição Assistencial Meimei (ALMEIDA, 2014).

^{xiv} Para mais informações ver a dissertação de Almeida (2014).

^{xv} Para fins administrativos, o município de Belo Horizonte divide-se em nove regionais – Leste, Oeste, Nordeste, Noroeste, Centro-Sul, Barreiro, Pampulha, Venda Nova e Norte. Vale destacar que em cada uma dessas regionais há uma gerência de educação responsável pelo acompanhamento pedagógico de todas as modalidades de ensino ofertadas pelo município.

^{xvi} Os valores pagos aos parceiros, por espaço cedido, segundo constatou Silva (2013), correspondiam em R\$ 0,71 por aluno para utilização de sala ou pátio; R\$ 0,93 por aluno para utilização de quadra ou campo; R\$ 1,02 para uso de piscinas; e R\$ 0,63 referente à utilização de hortas. Esses valores foram informados ao referido pesquisador pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (SEMED), em junho de 2012.

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre

